

ARTIGOS

OS IDOSOS REINSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DOS RENDIMENTOS SEGUNDO GÊNERO

Cynthia Aparecida Gonçalves

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: cag.ufv@gmail.com

Karla Maria Damiano Teixeira

Universidade Federal de Mato Grosso

E-mail: kadamiano@gmail.com

Resumo: Tem-se como objetivo deste estudo analisar, comparativamente, os rendimentos segundo o gênero do idoso em 2002 e 2012. Os dados foram extraídos dos microdados da PNAD com o auxílio do software STATA, versão 12.0. A amostra foi constituída por 1.473.239 idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e, 2.075.835 em 2012. O estudo permitiu verificar que a realidade do gênero no mercado de trabalho mudou muito no período de dez anos, uma vez que, em 2002, as diferenças de rendimentos eram acentuadas quando comparadas com as médias de 2012.

Palavras-Chave: Idosos; Mercado de Trabalho; Gênero.

Abstract: There has as objective of this study is to analyze comparatively income by gender of the elderly in 2002 and 2012. Data were extracted from the PNAD microdata with the help of STATA, version 12.0. The sample consisted of 1,473,239 elderly reintegration into the labor market in 2002 and 2,075,835 in 2012. This study has shown that the reality of gender in the labor market has changed a lot in ten years, since in 2002, the differences in yields were high compared to the average 2012.

Keywords: Elderly; Labor Market; Gender.

Introdução

Um fenômeno de ocorrência mundial diz respeito ao aumento do número de indivíduos com mais de 60 anos, quando comparados com crianças e jovens. Em 1980, havia aproximadamente 16 idosos para cada 100 crianças (de 0 a 14 anos), enquanto em 2000 essa relação teve aumento de 30 idosos por 100 crianças, praticamente dobrando em 20 anos (MENDES, 2005). Segundo dados do IBGE (2014), as projeções para o ano de 2050 apontam que, para cada 100 crianças, existirão 172,7 idosos.

○ aumento da expectativa de vida da população afetou intensamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), com a crescente e significativa participação dos segmentos mais velhos, em particular das pessoas com idade acima de 60 anos, acarretando a diminuição da participação dos mais jovens (ARENOSA, 2008).

○ aumento do número de indivíduos em idade ativa contribui para o aumento das riquezas do Brasil, na medida em que essas pessoas são absorvidas pelo mercado de trabalho (AGOSTINHO E MÁXIMO, 2005). O aumento do emprego, o crescimento da formalização dos contratos de trabalho e o maior valor do salário mínimo repercutem na absorção dos indivíduos pela atividade econômica, na composição das ocupações e no rendimento das pessoas ocupadas, ocasionando o crescimento da economia e a ampliação da massa total de rendimentos do trabalho (LEONE E BALTAR, 2008).

Com o aumento da longevidade e maior poder aquisitivo, os idosos procuram produtos e serviços para satisfazer suas necessidades primárias e psicossociais, isto é, necessidade de serem aceitos em determinado grupo, status, prestígio, dentre outros.

○ aumento do poder aquisitivo também faz com que o idoso seja importante para as transferências inter e intrafamiliares. As pesquisas desenvolvidas por Cruz, et al. (2003), Souza, et al. (2007), e Guedes, et al. (2009), apontaram que as pessoas com idade superior a 60 anos transferiam recursos aos filhos e netos. Os idosos dispõem de ativos acumulados durante sua fase ativa, de recursos produzidos e transferidos por outros adultos ou ainda de operações de crédito efetuadas através do mercado (GUEDES et al., 2009).

A participação dos idosos vai além da renda direta, pois, em diversos casos, ao ceder espaço da sua residência para os filhos e netos, ocorre a redução dos encargos dos membros familiares mais jovens. Os idosos, nas famílias de baixa renda, oferecem às crianças ou jovens oportunidades de estudo, de passeios ou mesmo de compra de bens, como roupas, doces e demais alimentos que os pais não possuem condições de comprar. Muitas vezes os idosos ajudam a

complementar a renda dos filhos, principalmente em situações críticas como, por exemplo, o desemprego (COUTRIM et al., 2009).

Dessa forma, tendo em vista que a população de idosos aumenta progressivamente e ocorre a ampliação da PEA, tem-se como objetivo desse estudo analisar, comparativamente, os rendimentos segundo o gênero do idoso.

Metodologia

A pesquisa, exploratório-descritiva, teve caráter quantitativo, com corte transversal, sendo utilizados dados secundários. Nessa pesquisa, os dados foram extraídos dos microdados da PNAD dos anos de 2002 e 2012, com o auxílio do software STATA - Data Analysis and Statistical Software, versão 12.0. Os microdados são disponibilizados nas bases de dados padronizadas na Internet e foram obtidos por meio do site do IBGE.

Para a definição da amostra do idoso reinserido no mercado de trabalho, foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, código censitário, raça, se exerceu algum trabalho na semana, se recebia rendimento de aposentadoria do Instituto de Previdência ou do Governo Federal e a condição na unidade domiciliar. Desse modo, definiu-se a amostra da pesquisa, sendo constituída por 1.473.239 idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e, 2.075.835 em 2012.

Para trabalhar as variáveis que apresentavam características de rendimentos ou valores, foi utilizado o deflator de rendimento baseado nas informações da tabela de Série Históricas do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, disponível no site do IBGE (2014). Essa base de dados foi formulada com o número índice de dezembro de 1993 (DEZ 93 = 100). Desse modo, visando atualizar essa base para analisar os rendimentos dos anos de 2002 e 2012, foi elaborada e utilizada uma fórmula em todas as variáveis relacionadas à renda do ano de 2002, construída da seguinte maneira: os valores (ou rendimentos) de 2002 foram multiplicados pelo valor do IPCA de setembro de 2012 e, posteriormente, divididos por 100. Sabendo-se que o IPCA de setembro de 2002 é igual a 100, e o 2012, igual a 184,5208.

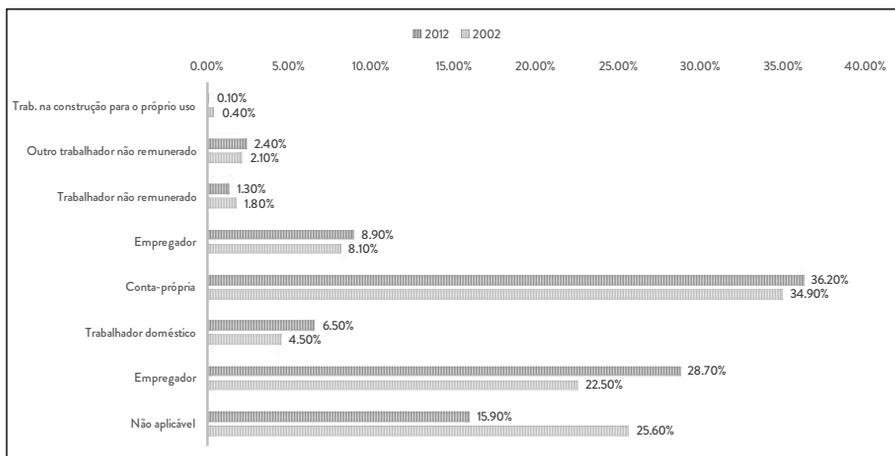
Para comparar as diferenças de rendimento nas condições de 2002 e 2012, foi utilizado o teste *t* para amostras independentes. De acordo com Hair Júnior, et al. (2005), o teste *t* é utilizado para testar uma hipótese que estabelece que as médias das variáveis associadas com duas amostras ou dois grupos independentes serão idênticos, analisando se as divergências observadas entre as médias de duas amostras ou grupos ocorreram por acaso ou se existem diferenças.

Resultados

De interesse para a pesquisa foi analisar, comparativamente, as variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho, segundo as características sociodemográficas, econômicas e de gênero dos anos de 2002 e 2012.

No que se refere à variável posição de ocupação no trabalho (Gráfico 3), foi constatado que a ocupação “por conta-própria” apresentou a maior porcentagem, com 34,92% (n=514.411) em 2002, aumentando para 36,21% (n=751.581) em 2012. Segundo Correa e Lopes (2009), algumas modificações ocorridas na economia do Brasil, iniciadas na década de 1990, podem explicar esse resultado, uma vez que transformaram a dinâmica do mercado de trabalho e o avanço da informalidade, como as políticas anti-inflacionárias que conservaram o baixo e lento aumento das atividades econômicas; o aumento das crises financeiras; as mudanças estruturais, como a abertura comercial e financeira; a reestruturação produtiva; a privatização; a extensa incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços; e a diminuição do emprego industrial. Desse modo, a combinação desses fatores repercutiu de maneira negativa sobre o mundo do trabalho e, como consequência, tem-se o crescimento da ocupação do trabalho por conta própria.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO DOS IDOSOS REINSERIDOS, BRASIL, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

A ocupação com o segundo maior número de trabalhadores e a que mais cresceu percentualmente no período diz respeito ao “empregado”, com 22,53% (n=331.984), em 2002, aumentando para 28,66% (n=594.901), em 2012. De acordo com Dias (2014), o aumento do emprego é uma das causas da rotatividade no mercado de trabalho no Brasil, pois o trabalhador busca uma melhor colocação no trabalho. A condição de empregador apresentou 8,06% (n=118.724) e 8,91% (n=184.902), em 2002 e 2012, respectivamente.

A condição de “trabalhador doméstico”, com 4,51% (n=66.464), aumentou para 6,52% (n=135.303) em dez anos. A partir da década de 1990, o emprego de trabalhador doméstico deixou de ser visto como um meio de ingresso ao mercado de trabalho para pessoas com baixo nível de instrução, migrantes do processo de urbanização ou como um emprego de transição para outros de mais status e rendimentos na esfera produtiva. Dessa forma, esse trabalho passou a ser caracterizado como uma ocupação permanente, com um número de trabalhadores cada vez maior (ANDRADE, 2004).

Em menores proporções, encontram-se a posição de “outro trabalhador não remunerado”, que compôs 2,07% (n=30.560), em 2002, passando a 2,42% (n=50.309), em 2012, seguido da ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” com 1,84% (n=27.061), em 2002, e reduzindo a 1,33% (n=27.569), em 2012. A categoria “trabalhador na construção para o próprio uso” apresentou 0,39% (n=5.791), diminuindo a 0,05% (n=1.051). Segundo Maia (2015), esse tipo de ocupação é encontrado nos municípios com menor desenvolvimento e em comunidades com precárias condições de desenvolvimento socioeconômico e menor concentração populacional.

Analisando as diferenças de gênero da variável posição de ocupação no trabalho, pode ser observado (Tabela 5), que o trabalho feminino aumentou nas categorias de “empregado” (18,11% e 27,02%, respectivamente) e “trabalhador doméstico” (12,17% e 16,41%, respectivamente). Essa ampliação da inserção da mulher idosa no mercado de trabalho não é representada apenas pela busca de independência e autorrealização, mas também pelo empobrecimento e necessidade de aumentar a renda da família (GONÇALVES et al., 2013).

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO E FREQUÊNCIA DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO DOS IDOSOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO GÊNERO, EM 2002 E 2012.

Posição na ocupação no trabalho	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	149.523	39,05%	364.888	33,48%	242.395	36,26%	509.186	36,18%
Empregado	69.360	18,11%	262.624	24,10%	180.611	27,02%	414.290	29,44%
Trabalhador doméstico	46.614	12,17%	19.850	1,82%	109.682	16,41%	25.62	1,82%
Empregador	22.756	5,94%	95.968	8,81%	38.179	5,71%	146.723	10,43%
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	16.753	4,38%	10.308	0,95%	19.855	2,97%	7.714	0,55%
Outro trabalhador não remunerado	14.095	3,68%	16.465	1,51%	32.340	4,84%	17.969	1,28%
Trabalhador na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Não aplicável	63.810	16,66%	313.855	28,80%	45.436	6,80%	284.783	20,24%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhos como “empregado” (24,10% e 29,44%, respectivamente) e “por conta-própria” (33,48% e 36,18%, respectivamente) foram os que mais aumentaram para o sexo masculino. Em relação ao trabalho “por conta-própria”, na pesquisa de Leone e Baltar (2008) também foi verificado esse aumento; elevando, assim, a representatividade dessa categoria de ocupação. Os autores abordam que a flexibilização do trabalho assalariado resultou no aumento do número de trabalhadores por conta-própria, que constitui um trabalho assalariado disfarçado, como, por exemplo, o trabalho na própria residência, as consultorias, o uso da pessoa jurídica, o uso de cooperativas de trabalho, dentre outros. Isso significa que grande parte do que é registrado nas estatísticas, como trabalho por conta-própria constitui um emprego assalariado disfarçado, o que pode induzir à subestimação do número de indivíduos que compõem o mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, a PEA.

Na posição de ocupação “empregado”, constatou-se o aumento no número de trabalhadores de ambos os sexos. É importante ressaltar que o aumento foi maior em relação às mulheres. Esse fato pode estar relacionado com o aumento da qualificação profissional feminina (PAZELLO, 2006).

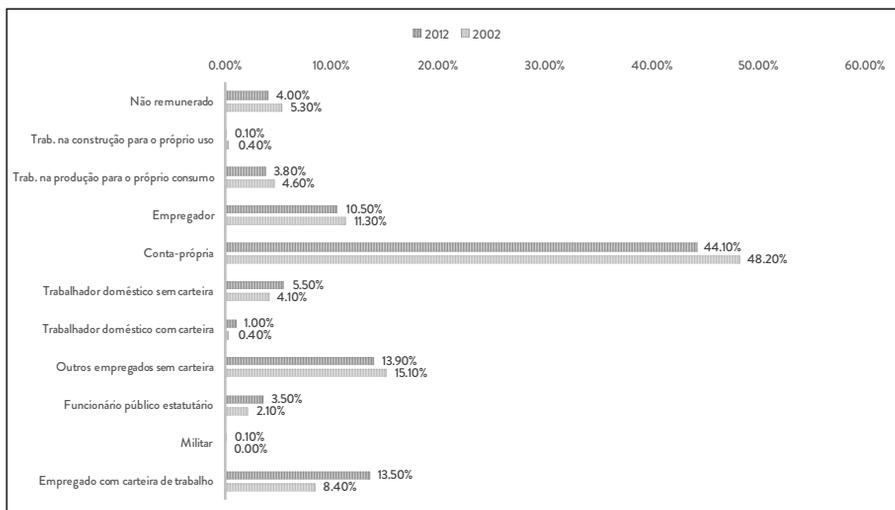
Vale ressaltar que a posição de “trabalhador doméstico” aumentou apenas entre as mulheres (12,17% e 16,41%, respectivamente), mantendo-se constante para os homens em 1,82%. De acordo com Sanches (2009), as mulhe-

res geralmente são a maioria no trabalho doméstico, constituindo uma parcela significativa da força de trabalho no mundo. O aumento da desigualdade e da pobreza fez com que muitas mulheres buscassem por atividade remunerada. Nas últimas décadas, ocorreu a ampliação da participação feminina em todos os segmentos no mercado de trabalho, principalmente nos setores da indústria, da produção científica e da construção civil. Apesar disso, o trabalho doméstico permaneceu muito relevante na ocupação feminina, mantendo-se entre as principais categorias ocupacionais das mulheres.

A ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” sofreu redução entre os homens (0,95% e 0,55%, respectivamente) e as mulheres (4,38% e 2,97%, respectivamente). Na ocupação de “outro trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” há um aumento do segmento feminino (3,68% e 4,84%, respectivamente) e redução do masculino (1,51% e 1,28%, respectivamente). Desta forma, a distribuição de homens e mulheres nessas ocupações indica o diferencial de gênero e, especialmente, a hierarquia social das posições na ocupação, onde existe a maior concentração das mulheres nas ocupações menos valorizadas socialmente (ANJOS, 2009).

Na posição de ocupação no trabalho principal (Gráfico 4), os idosos que trabalhavam “por conta-própria” constituíram 48,2% (n=709.493), em 2002, obtendo uma queda em 2012, para 44,1% (n=914.475), embora ainda permaneça como a principal posição de ocupação. As pessoas que trabalhavam por conta-própria constituíam uma parcela importante da força de trabalho no Brasil, representando a inserção laboral de aproximadamente 23% dos ocupados em 2012 (PNAD, 2012). Mountian e Diaz (2014) destacam que uma das características dessa atividade econômica constitui a sobrerrepresentação dos idosos, conforme constatado pelos dados.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL DOS IDOSOS REINSERIDOS, BRASIL, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria de “outros empregados sem carteira assinada” constituiu 15,1% (n=222.778), em 2002, reduzindo para 13,9% (n=289.349), em 2012. Segundo Queiroz e Ramalho (2009), as ocupações sem carteira de trabalho assinada, elencadas como informais, são as mais predominantes entre os idosos, o que não foi confirmado pelos dados da pesquisa.

Os “empregados com carteira de trabalho assinada” constituíram, em 2002, 8,4% (n=123.957), com aumento para 13,5% (n=280.565) no ano de 2012. Na pesquisa de Diniz (2013), que analisou os dados entre os anos de 2001 a 2011, também foi encontrado o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada.

Os “empregadores” passaram de 11,3% (n=166.987), em 2002, para 10,5% (n=217.055), em 2012. Em menores proporções, os “trabalhadores domésticos sem carteira apresentaram 4% (n=60.337), aumentando para 6% (n=115.033); trabalhador na produção para o próprio consumo constituiu 5% (n=67.712), com redução para 4% (n=79.876); trabalhador não remunerado constituiu 5% (n=7.682), reduzindo para 4% (n=83.648); funcionário público estatutário compôs 2% (n=31.322), aumentando para 3% (n=72.582); trabalhador doméstico com carteira assinada obteve 0% (n=6.127), passando a 1% (n=20.270); militar, 0% (n=474) e 0% (n=1.931); e trabalhador na construção para o próprio uso, 0% (n=5.791) e 0% (n=1.051).

Na posição da ocupação no trabalho principal, embora tenha havido um declínio para ambos os sexos, mais acentuado para o sexo feminino (Tabela 6), o trabalho “por conta-própria” constituiu o maior percentual em ambos os gêneros (43,61% e 37,81% para as mulheres; e 49,78% e 47,02% para os homens, respectivamente). No Brasil, os trabalhadores com 50 anos ou mais de idade representam cerca de 20% da força de trabalho total, sendo que esse percentual aumenta para 30,7% quando comparado ao subgrupo ocupacional conta-própria (MOUNTIAN; DIAZ, 2015).

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO E FREQUÊNCIA DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL SEGUNDO A CONDIÇÃO DO GÊNERO EM 2002 E 2012.

Posição na ocupação do trabalho no trabalho principal	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	166.978	43,61%	542.515	49,78%	252.739	37,81%	661.736	47,02%
Não remunerado	49.643	12,96%	28.039	2,57%	56.295	8,42%	27.353	1,94%
Trab. doméstico sem carteira	43.202	11,28%	17.135	1,57%	93.934	14,05%	21.099	1,50%
Outros empregados sem carteira	39.401	10,29%	183.377	16,83%	68.851	10,30%	220.498	15,67%
Empregador	26.692	6,97%	140.295	12,87%	41.332	6,18%	175.723	12,49%
Trab. na prod. para o próprio consumo	21.198	5,54%	46.514	4,27%	26.185	3,92%	53.691	3,82%
Func. público estatutário	12.098	3,16%	19.224	1,76%	37.341	5,59%	35.241	2,50%
Emp. com carteira de trabalho	20.287	5,30%	103.670	9,51%	76.073	11,38%	204.492	14,53%
Trab. doméstico com carteira	3.412	0,89%	2.715	0,25%	15.748	2,36%	4.522	0,32%
Trab. na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Militar	0	0,00%	474	0,04%	0	0,00%	1.931	0,14%

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito à posição na ocupação no trabalho “não remunerado”, observou-se que o número de mulheres nessa condição reduziu em dez anos, embora ainda supere o masculino (2,57% e 1,94%, respectivamente) em 2002 (12,96%) e em 2012 (8,42%). Faria (2002), ressalta que as mulheres, em todas as faixas etárias e situações familiares, devotam uma parte significativa do seu tempo ao trabalho não remunerado, ao contrário dos homens, que passam a maior parte do seu tempo exercendo atividades relacionadas ao trabalho remunerado.

A condição de “trabalhador doméstico sem carteira assinada” aumentou entre as mulheres (11,28% e 14,05%, respectivamente), enquanto o percentual masculino permaneceu praticamente o mesmo (1,57% e 1,50%, respectivamente), com baixa participação. Na pesquisa de Bilac (2015), também foi encontrado o reduzido nível de formalização do trabalho doméstico, pois, entre as mulheres, aproximadamente dois terços das empregadas domésticas não possuíam carteira de trabalho assinada. Segundo Theodoro e Scorzafave (2011), o trabalho doméstico é uma atividade tradicionalmente feminina, possivelmente por motivos culturais, uma vez que os afazeres domésticos são vistos na sociedade brasileira como de responsabilidade da mulher, independente de sua situação financeira.

A condição de “outros empregados sem carteira” (10,29% e 10,30%, entre as mulheres e 16,83% para 15,67% entre os homens) e “empregador” (6,97% e 6,18% e 12,87% e 15,67%, respectivamente) não possuíam alterações significativas em ambos os sexos.

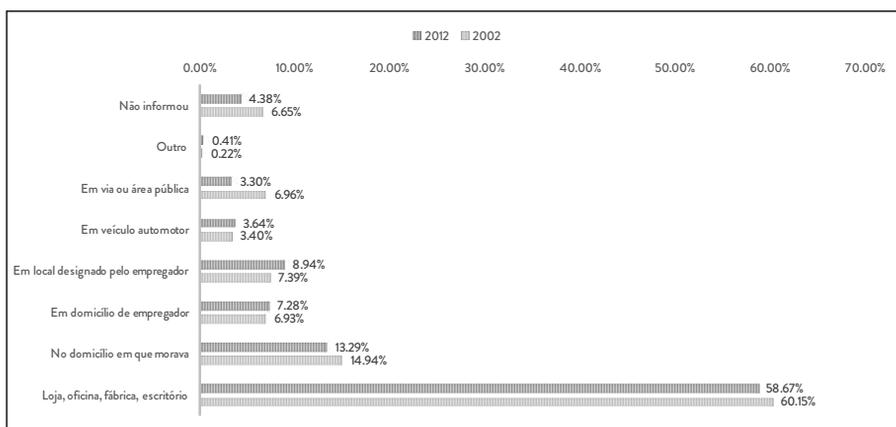
Na posição de “funcionário público estatutário”, as mulheres idosas constituíram a maioria, tanto em 2002 (3,16%), quanto em 2012 (5,59%), situação também observada na pesquisa de Bilac (2015) desenvolvida no estado de São Paulo. De acordo com Sorj et. al., (2007), a admissão nesse tipo de ocupação é realizada mediante concurso público e, dessa forma, a discriminação sexual fica dificultada. O setor público abrange uma expressiva gama de ocupações que foram tipificadas como “próprias para mulheres”, como, por exemplo, serviços educacionais, de saúde, dentre outros, afetando a oferta e a demanda por mulheres trabalhadoras, para o que não haver discriminação de gênero.

Na categoria de “empregado com carteira de trabalho”, o número de mulheres duplicou em 10 anos (5,30% e 11,38%, respectivamente). Esse aumento também foi confirmado pela pesquisa do Data Popular (2011), que analisou o número de mulheres com carteira assinada nos anos de 2002 e 2011, constatando um aumento de 53,4%, passando de 9,5 para 14,7 milhões de brasileiras; ou seja, essa diferença evidenciou que o trabalho feminino no país está em crescimento não apenas no segmento idoso.

No que se refere ao tipo de estabelecimento onde era exercido o trabalho principal (Gráfico 5), em 2002, 60,15% (n=664.714) dos idosos trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.”; já em 2012, 58,67% (n=1.083.387). Dados de abrangência nacional não foram encontrados na literatura, pois as pesquisas encontradas focalizavam as realidades dos estados da federação. Na pesquisa desenvolvida pelo Boletim

PAD (2015), que analisou o tipo de local do negócio ou empresa (loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública ou galpão), observou-se que, no estado de Minas Gerais, 36,9% dos trabalhadores possuíam idade entre 10 a 14 anos, 56,5% constituíram a faixa etária de 15 a 59 anos e os que possuíam idade superior a 60 anos representaram 38,7% da amostra.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE ESTABELECIMENTO OU ONDE ERA EXERCIDO O TRABALHO PRINCIPAL DOS IDOSOS REINSERIDOS, BRASIL, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhadores que exerciam suas atividades no “domicílio em que moravam” constituíram 14,94% (n=165.122), em 2002, reduzido o percentual para 13,29% (n=245.372) em 2012. Seguindo a diferença entre 10 anos, tem-se: “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês”, 6,93% (n=76.597) e 7,28% (n=134.422); “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”, 7,39% (n=81.667) e 8,94% (n=165.107); trabalhadores que exerciam suas atividades “em veículo automotor” constituíram 3,40% (n=37.581) e 3,64% (n=67.275); “em via ou área pública”, 6,96% (n=76.951) e 3,39% (n=62.516); “outro” 0,22% (n=2.388) e 0,42% (n=80.927); e “não aplicável” 6,65% (n=73.503). Não se observa uma variação significativa no local de execução do trabalho principal no período analisado.

Porém, quando se analisa o tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal, de acordo com a condição do gênero (Tabela 7), verifica-se que o percentual de mulheres idosas que trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.” aumentou (41,55% e 49,70%, respectivamente), embora os homens continuem sendo a maioria nessa condição (62,43% e 63,56%, respectivamente).

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO E FREQUÊNCIA DO TIPO DE ESTABELECIMENTO OU ONDE ERA EXERCIDO O TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO GÊNERO, EM 2002 E 2012.

Tipo de estabelecimento	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Loja, Oficina, Fábrica, Escritório, Escola, etc.	141.380	41,55%	523.334	62,43%	323.595	49,70%	759.792	63,56%
No Domicílio em que Morava	104.083	30,59%	61.039	7,28%	157.926	24,25%	87.446	7,32%
Em Domicílio de Empregador	44.418	13,05%	32.179	3,84%	108.325	16,64%	26.097	2,18%
Em Local Designado pelo Empregador	8.183	2,40%	73.484	8,77%	17.867	2,74%	147.240	12,32%
Em Veículo Automotor	626	0,18%	36.955	4,41%	1.132	0,17%	66.143	5,53%
Em Via ou Área Pública	20.411	6,00%	56.540	6,75%	15.339	2,36%	47.177	3,95%
Outro	0	0,00%	2.388	0,28%	758	0,12%	6.748	0,56%
Não Aplicável	21.198	6,23%	52.305	6,24%	26.185	4,02%	54.742	4,58%

Fonte: Dados da pesquisa.

○ número de mulheres que trabalhavam “no domicílio em que moravam” representa a maioria, apesar da redução de 30,59% (n=104.083), em 2002, para 24,25% (n=157.926), em 2012; e, o número de homens na mesma condição apresenta pequena alteração (7,28% e 7,32%, respectivamente). O trabalho no domicílio, geralmente, é exercido sob contratos formais, e esta condição, muitas vezes, está relacionada às mulheres (LAVINAS; SORJ, 1997).

No tipo de estabelecimento do trabalho principal realizado “em domicílio do empregador”, ocorreu a predominância feminina em ambos os anos, passando de 13,05% (n=44.418), para 16,64% (n=108.325).

Os homens constituíram a maioria no trabalho exercido “em local designado pelo empregador”, com 8,77% (n=73.484) e 12,32% (n=147.240); “em veículo automotor”, 4,41% (n=36.955) e 5,53% (n=66.143); e “em via ou área pública”, 6,75% (n=56.540) e 3,95% (n=47.177), respectivamente, em 2002 e 2012. Sendo assim, fica evidente que, em determinadas ocupações, as mulheres são minoria, o que caracteriza a segregação laboral por gênero do empregado, presente mesmo em se tratando de idosos.

○ número de horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal dos idosos mostra que, em 2002, 23,13% (n=328.620) trabalhavam até 20 horas e, em 2012, 23,14% (n=457.467); os que trabalhavam de 21 a 40 horas constituíram 40,79% (n=579.498), aumentando para

43,60% (n=863.299); e os indivíduos que trabalhavam 41 horas ou mais compuseram 36,08% (n=513.184), reduzido o percentual para 33,27% (n=658.160). Verifica-se, assim, um aumento no número de idosos que trabalhavam entre 21 e 40 horas, o que constitui a jornada de trabalho semanal para os empregados. Isso está de acordo com o tipo de atividade exercida pela maioria dos idosos, como o trabalho em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.”, “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês” e “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”.

Analisando as diferenças de gênero das horas trabalhadas por semana (Tabela 8), evidencia-se que, em 2002, o trabalho feminino de “até 20 horas” era realizado por 41,2% (n=154.806), sendo que, em 2012, esse percentual reduziu para 36,9% (n=238.838). No trabalho “de 21 a 40 horas”, as mulheres representaram 36,9% (n=138.501) em 2002, e 39,8% (n=257.605) em 2012. Esses dados demonstram a maior inserção da mulher idosa no mercado de trabalho, a qual trabalhava de 21 a 40 horas, cumprindo jornada de trabalho característica dos empregados. Talvez, a crescente participação feminina da idosa no mercado de trabalho possa estar relacionada às suas experiências já vivenciadas, pois essas mulheres tiveram oportunidades diferentes das demais, principalmente devido às mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira.

TABELA 4 - NÚMERO DE HORAS NORMALMENTE TRABALHADAS POR IDOSOS REINSERIDOS NO TRABALHO PRINCIPAL, EM 2002 E 2012.

Número de Horas Trabalhadas	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Até 20 horas	154.806	41,2%	173.814	16,6%	238.838	36,9%	218.629	16,4%
De 21 a 40 horas	138.501	36,9%	440.997	42,2%	257.605	39,8%	605.694	45,5%
41 horas ou mais	82.463	21,9%	430.721	41,2%	150.449	23,3%	507.711	38,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às horas trabalhadas, a maior participação da população ocupada masculina ocorreu “de 21 e 40 horas”, especificamente 42,2% (n=440.997) e 45,5% (n=605.694), em 2002 e 2012, respectivamente. A maior carga de trabalho dos idosos pode estar relacionada ao papel tradicional de sustentar a família. As solidariedades material e financeira são representadas pelo apoio econômico, que pode ocorrer, por exemplo, por meio de um

auxílio monetário direto, pagamento pelos idosos de gastos com educação e com saúde dos netos, sustento devido à coabitação aos filhos, dentre outros (BRUSCHINI, 1990).

Conclusão

O número de mulheres reinseridas está aumentando e, talvez em decorrência da sua maior escolaridade e qualificação profissional, as diferenças de rendimentos para este segmento não existam. Tal realidade mudou muito no período de dez anos, uma vez que, em 2002, as diferenças de rendimentos eram acentuadas em relação ao valor do rendimento mensal do trabalho principal de todos os trabalhos e aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal.

Verifica-se que existem poucos estudos que abordam os idosos no mercado de trabalho, o que indica a importância da execução de outras pesquisas como esta, visando complementar este estudo.

Referências

- ACCOUB, H. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes antropológicos**, vol.17, n.36, pp. 197-231, Porto Alegre July/Dec. 2011.
- AGOSTINHO, C. S, MÁXIMO, G. C. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, **Anais...** Caxambú, MG. ABEP, 2006.
- ARENOSA, S. V. C. **Envelhecimento, contexto social e relações familiares: o idoso, de assistido a provedor da família**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CAMARGO, J.M; REIS; MC. Aposentadoria, pressão salarial e desemprego por nível de qualificação. **Revista brasileira de economia**, vol.62, no.3, Rio de Janeiro, Julho/Setembro, 2008.
- COUTRIM, RMEC. et al. O que os Avós Ensinam aos Netos? A influência da Relação Intergeracional na Educação Formal e Informal. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** UFPE, Recife (PE), maio/junho de 2007.
- CRUZ JMO, et al. Cuidados com idosos: percepção de idosos e de profissionais de saúde sobre maus tratos no espaço familiar. **Textos envelhecimento** v.6 n.2 Rio de Janeiro, 2003.

- GOLDSCHMIDT R. Discriminação no mercado de trabalho: consciência e ações de resistência. **Revista Tribunal Regional do Trabalho**. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.48, n.78, p.231-251, jul./dez.2008.
- GUEDES GR, QUEIROZ BL, VANWEY LK. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. **Economia e sociedade brasileira**. Nova econ. vol.19 no. 2, Belo Horizonte, May/Sept. 2009.
- HAIR JÚNIOR JF, et al. **Análise multivariada dos dados**. 5ª Edição. Traduzido por Adonai S. Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HOFFMANN R, LEONE ET. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista nova economia**, Belo Horizonte, 35-58, maio-agosto de 2004.
- HOFFMANN R. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. In: **52º Congresso da SOBER**, Goiânia, 27 a 30 de julho de 2014.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População envelhece em ritmo acelerado (2010)**. Disponível em: URL <<http://saladeimrensa.ibge.gov.br/noticias?idnoticia=1272&t=ibge-popolacaobrasileiraenvelhece-ritmo-acelerado&view=noticia>>. Acesso em: 18. Jan. 2014.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Série históricas do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. Disponível em: URL: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 07set. 2014.
- LEME C, WAJNMAN S. **Tendências de coorte nos diferenciais de rendimento por sexo. Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LEONE E. **O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- LEONE ET, BALTAR P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira estudos populacionais**, 2008, vol.25, n.2, pp. 233-249.
- MENDES, M. R. S. B, ET AL. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Revista Acta paul enferm**; 2005 jan. 18(4): 422-6.
- MOTTA, A. D. **Envelhecimento Masculino: trabalho, aposentadoria e participação social. Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na ter-**

ceira idade. 1.ed, São Paulo: Editora Edicon, 500 p., 2009.

SOUZA JAV, FREITAS MC, QUEIROZ TA. Violência contra os idosos: análise documental. **Rev. bras. enferm.** vol.60 no.3 Brasília, Mai/Jun, 2007.

SOUZA, S. C. I., et al. Concentração de renda nas macrorregiões brasileiras: estudo do período 2003 – 2006. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.** Disponível em: URL: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/131.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2014.

TRENTO, G. **Idosos e mercado de trabalho: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no comércio do centro de Florianópolis** [tese]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, Florianópolis.

ZORZIN, P. L. G., WAJNMAN, S., TURRA, C. M. **Texto para discussão nº 448: Previdência social e desigualdade racial no Brasil** – CEDEPLAR/UFMG – TD 448 (2011).

Recebido em 1 de fevereiro de 2014

Aprovado em 30 de novembro de 2014